

6 Con - Brasil * 7 NOV 1993

OPINIÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Calmaria na inflação, a previsão mais otimista

I nflação de 40%, só no próximo ano, segundo a maioria das previsões de especialistas. Até dezembro, a alta do custo de vida poderá chegar, no máximo, a 37% ou 38%, estima o coordenador-adjunto da pesquisa de preços da Fipe, economista Heron do Carmo. O acréscimo de um ponto por mês parece razoável, com base na experiência de setembro e outubro, mas números mais próximos de 35% também não serão surpreendentes. Novembro e dezembro são meses de relativa calmaria nos preços. Mesmo sem surpresa nos mercados, a acomodação dependerá, porém, de pelo menos duas condições:

■ o governo terá de manter uma política de tarifas bem moderada, suficiente, no máximo, para com-

pensar a inflação do mês anterior;

■ o Banco Central precisará sustentar uma clara política de juros positivos, para desestimular a especulação com bens reais.

Juros positivos não representarão nenhum desastre para os negócios de fim-de-ano. O aumento de consumo será garantido pelos acordos salariais negociados por grandes categorias e, naturalmente, pelo pagamento do 13º salário. O fator mais desfavorável às vendas de Natal será, provavelmente, o nível de emprego. As empresas do comércio estão contratando menos do que o habitual e tem havido demissões na indústria. Mas a perspectiva de certa acomodação de preços, com uma política sem sustos, pode até mudar esse quadro e estimular a abertura de postos de

trabalho neste bimestre.

Sem problemas de oferta e com os mercados em razoável funcionamento, o ritmo da inflação deverá depender, nos próximos meses, quase exclusivamente das contas públicas e da situação monetária. A receita federal tem evoluído satisfatoriamente, mesmo com a suspensão, em setembro, da cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). A arrecadação de outubro foi menor que a de setembro, em termos reais, mas a diferença foi menor do que a perda do IPMF. Outros fatores, portanto, continuaram a fortalecer as rendas do governo. O combate à sonegação é certamente um desses fatores.

Se existe problema, neste momento, não é de receita, mas de despesa.

O saldo de caixa de outubro ainda não foi divulgado, mas a primeira indicação é de um novo déficit. Se o dispêndio, de fato, superado a arrecadação, mais uma vez as contas do Tesouro terão contribuído para a emissão de moeda. Por enquanto só se pode especular a respeito disso, porque o Banco Central também não distribuiu seu relatório de outubro. Mas o saldo cambial, já se sabe, foi altamente positivo. As primeiras estimativas indicam uma sobra de US\$ 2,2 bilhões. Mesmo que o número efetivo seja um pouco diferente, um saldo dessa ordem representa uma grande fator de expansão monetária. Isso significa pressão inflacionária no início do ano, um problema com o qual o governo deve começar logo a preocupar-se.